

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E OCUPAÇÃO DESTRUTIVA DO CERRADO EM GOIÁS: OS POVOS CERRADEIROS POR UM TERRITÓRIO LIVRE¹

Marcelo Rodrigues Mendonça – Campus de Catalão – UFG
mendonca@innet.psi.br

Antonio Thomaz Júnior² - FCT/UNESP/Presidente Prudente
thomazjrgeo@prudente.unesp.br

A “leitura” das transformações espaciais no campo brasileiro e, especificamente, no Centro-Oeste se referencia no paradigma da modernização conservadora da agricultura, que se tornou o principal viés para a interpretação do espaço agrário, mediante a implementação das formas modernas de produção, alterando consideravelmente o desenho espacial e territorial. A “ocupação racional” e indiscriminada das áreas de Cerrado, precisamente a partir da década de 1970, relaciona-se ao processo de crise do processo produtivo mundial – padrão de regulação – que explicitou mudanças no seio do *metabolismo social do capital* (MÉSZÁROS, 2002), mediante a hegemonia do capital financeiro. No Brasil, essa situação pode ser melhor compreendida a partir da decisão política por parte do Estado e dos setores hegemônicos de retomar a Marcha para o Oeste, idealizada desde o século XIX, mas, efetivamente implementada a partir de Getúlio Vargas, com o objetivo de ocupar de forma racional os “vazios demográficos”. A construção de Goiânia, o rodoviarismo e a construção de Brasília expressam a opção política e econômica de “ocupar” o centro-norte do país, com prioridade para as áreas de Cerrado. As argumentações favoráveis eram diversas, desde a concepção de “vazios demográficos” até a idéia de que o Bioma Cerrado, tido e havido como improdutivo e subutilizado, poderia ser incorporado aos interesses mercadológicos, através dos avanços técnicos e científicos, atingindo o auge dos subsistemas que compõem as áreas de Cerrado. (WWF, 2000). Dessa forma, foram construídas as ações políticas (planejamento econômico), as ações econômicas (capital privado nacional e transnacional), as ações sociais (melhoria da infra-estrutura e da qualidade de vida da população local e regional) e as ações culturais (ideologia do atraso, do isolamento), entre tantas outras argumentações, com o intuito de criar *consensos sociais*, em torno da implementação das atividades modernizantes na agropecuária do Planalto Central. Essas motivações, no contexto da ditadura militar, praticamente não foram questionadas,

¹O texto é parte das reflexões desenvolvidas na tese de doutorado – **A urdidura do trabalho e do capital no Cerrado do Sudeste Goiano**, defendida em setembro de 2004, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na FCT/UNESP/Presidente Prudente, sob a orientação do professor Antonio Thomaz Júnior.

² Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente; coordenador do CEGeT; Pesquisador do CNPq; coordenador do Projeto Editorial Centelha; autor do livro “Por trás dos canaviais os nós da cana”. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

possibilitando a “livre territorialização” do capital, negando a trajetória histórica dos camponeses e dos *trabalhadores da terra* que foram forçados a adotarem o moderno, a “civilização”, as formas de vida e visões de mundo centradas no mercado, hegemônicas pelos grandes complexos industriais e financeiros mundializados. Em Goiás, a (re)arrumação espacial se efetivou a partir da desagregação dos tradicionais ocupantes de terras que, em sua maioria, se dedicavam à pecuária extensiva. Com a expulsão dos camponeses e *trabalhadores da terra* que praticavam a agricultura camponesa, o direito de usufruto passou àqueles que possuíam capital financeiro e experiência acumulada, vindos do sul do país, onde a agricultura moderna se iniciara a partir da década de 1950. Os incentivos creditícios e fiscais, o baixo custo da terra, a topografia plana das chapadas, o clima favorável, a disponibilidade de água, a infra-estrutura construída pelo poder público e os diversos programas estatais estimularam os investimentos dos empresários rurais. Os novos proprietários rurais (muitos movidos pela possibilidade de reprodução ampliada de capitais, visto que nas áreas de origem a referida expansão estava dificultada, dentre outros fatores, pela valorização das terras) com tradição no cultivo de grãos chegam e fazem a *política de terra arrasada*, impondo valores, comportamentos e atitudes que negavam as experiências, as vivências e os saberes dos *povos cerradeiros*³. Na pesquisa, buscou-se efetuar reflexões sobre as “leituras” que vêm sendo realizadas sobre a dinâmica no espaço agrário brasileiro, precisamente nas áreas de Cerrado, que desconsideram a trajetória histórica dos *povos cerradeiros* e, desses, principalmente dos *trabalhadores da terra*, desterritorializados pela modernização da agricultura. Alguns pesquisadores questionam o que há de novo no rural brasileiro, vez que o processo de “urbanização do campo” promoveu a concentração populacional nas áreas urbanas por meio da expulsão dos camponeses e *trabalhadores da terra* da *terra de trabalho*⁴. Atualmente, uma parcela desses sujeitos sociais busca se reterritorializar através da luta pela terra e pela reforma agrária, incorporando-se aos diversos movimentos sociais, destacando-se o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. Estes movimentos sociais concebem a reforma agrária como uma política que ultrapassa a mera distribuição de terras, questionando os modelos econômico e energético adotados pelo Estado e pelo capital.

A expropriação e o empobrecimento dos camponeses, a precarização das relações sociais de trabalho, a depredação ecológica e a desterritorialização dos *trabalhadores da terra* são

³ Refere-se às classes sociais que historicamente viveram nas áreas de Cerrado constituindo formas de uso e exploração da terra a partir das diferenciações naturais-sociais, experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, denotando relações sociais de produção e de trabalho muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas expressões culturais. Atualmente se configuram nos *trabalhadores da terra*, camponeses e demais trabalhadores que lutam pela terra e pela reforma agrária, territorializando ações políticas contra o capital.

⁴ Cf. MARTINS, (1986).

resultantes da histórica opção feita pelo capital que, patrocinado pelo Estado, obteve todas as condições para a sua ampliação e reprodução nas áreas de Cerrado. Os desafios para as pesquisas em geografia, no campo da luta emancipatória, são delineados, considerando as pesquisas como aportes para instrumentalizar a “reconquista do território”, a partir da ação concreta dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MÉSZAROS, I. **Para além do capital** – Rumo a uma teoria da transição. Tradução de P. C. Castanheira; S. Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MARTINS, J. de S. **A reforma agrária e os limites da democracia na “nova república”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MENDONÇA, M. R.; THOMAZ JÚNIOR, A. A reestruturação produtiva do capital e os movimentos sociais nas áreas de Cerrado – Brasil. In: TERCERAS JORNADAS INTERDISCIPLINARIAS DE ESTUDIOS AGRARIOS Y AGROINDUSTRIALES, 2003. **Anais...** Buenos Aires.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de**

reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná: Uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Maringá.

WWF (World Wide Fund for Nature) BRASIL. **Expansão agrícola e perda da biodiversidade do Cerrado: origens históricas e o papel do comércio internacional.** v. VII, Brasília: Série Técnica, nov. 2000.